

NOTAS TAQUIGRÁFICAS TOMADAS NA SESSÃO PLENÁRIA

EM 18.07.2002

(Pronunciamento do Exmo. Sr. Conselheiro Manoel Castro)

Conselheiro Manoel Castro:

Senhor Presidente, Senhores Conselheiros, tinha solicitado a palavra, inicialmente, para prestar contas da minha missão quando da participação na II Jornada Euro-americana de Entidades Fiscalizadoras Superior, que ocorreu na semana passada, em Cartagena. Mas, antes, permita-me uma breve citação.

Na semana passada fui a Pernambuco, em uma viagem familiar e aproveitei, combinado com V.Ex^a e com sua iniciativa, para falar com o Presidente do Tribunal co-irmão, Roldão Joaquim dos Santos. O contato com o Tribunal de Contas de Pernambuco, o fiz preocupado com duas questões: primeiro, tinha visto um documento sobre planejamento estratégico em Pernambuco, feito com o apoio da Fundação Getúlio Vargas, que tem informações bastante interessantes; segundo, que os dois Tribunais serão partícipes do convênio junto ao TCU e Reino Unido e isso justificava criar uma aproximação maior, um intercâmbio de comentários e experiências. Fui muito bem recebido, foi muito interessante a conversa com o Presidente, tive contato com os Conselheiros e, particularmente, com a equipe técnica, em especial com o Diretor Geral daquela entidade, Dr. Edgar e, também, com a Ouvidora da Casa, que tem uma experiência diferente da nossa, uma pessoa apaixonada pelo que faz, tomei a liberdade de convidá-la e pedi permissão ao Presidente para, num momento oportuno, previamente marcado, que ela venha à Bahia fazer uma apresentação para que pudéssemos discutir, aqui, a criação de uma Ouvidoria. Sua experiência é muito interessante.

Conversamos sobre os dois temas centrais, o convênio com o Reino Unido e o intercâmbio da experiência de Planejamento Estratégico e, além disso, faço um registro de que fiquei impressionado com o esforço do Tribunal de Pernambuco na área de Comunicação. Trouxe alguns exemplares, vou passar para o Dr. Adelmo os últimos jornais, um documento que foi editado em 2000 com vistas às eleições municipais, uma cartilha para um público leigo. Tudo às claras sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, um documento do Fórum de Auditoria Ambiental, um que achei muito interessante, sob forma de cordel, um texto sobre Lei de Responsabilidade Fiscal, ainda um disquete com informações do funcionamento do Tribunal de Contas de Pernambuco e materiais promocionais para guardar aí, camisetas, discos, entre outras coisas. Evidentemente que, na conversa com eles, a ação de comunicação dos Tribunais do Paraná, Santa Catarina e Pernambuco que, das que conheço, me parece a mais efetiva, é uma ação facilitadora que tem em comum o fato de serem, também, Tribunais que atuam na área de municípios, porque têm essa comunicação muito mais voltada para a atividade municipal do que para a estadual, propriamente dita, mas já é um avanço para o grande público. Acho que podemos aumentar o intercâmbio com aquele Tribunal co-irmão.

Com relação a viagem à Colômbia, quero dizer que me sinto extremamente gratificado com a indicação de V.Ex^a e o estímulo para que comparecesse àquele encontro que foi, para mim, de ótimo resultado, uma experiência fabulosa em termos pessoais. Fico muito feliz por ter participado, apesar de todo o esforço físico, de uma viagem longa, cheia de escalas, um certo desconforto em se trabalhar em uma cidade com tropas nas ruas, a cada 50 metros um soldado com metralhadora nas mãos. Não é das mais agradáveis, apesar da beleza e da inspiração, porque é uma cidade tombada pelo Patrimônio Histórico, pela Unesco, mas tudo isso valeu a pena.

Fomos juntos, no mesmo vôo, os representantes dos Tribunais de Minas, do Paraná, o Presidente da Atricon e eu, representando o Tribunal da Bahia. Isso nos permitiu conversar, trocar idéias, e foi muito interessante. Mas, de pronto chegávamos a Bogotá e, enquanto esperávamos um vôo para Cartagena, nos encontramos com a comitiva de Portugal e ficamos durante mais de duas horas juntos, as duas comitivas, e isso possibilitou um aprofundamento. Fiquei muito gratificado pela referência, do pessoal de Portugal, a vários membros: V.Ex^a, Conselheiro Pedro Lino, Dr. Pedro Humberto, Dr. Vivaldo, Dr. Inaldo.

Dois iniciativas ficaram acertadas: a Atricon já tinha combinado com o Tribunal de Portugal, para o primeiro semestre de 2003, um seminário sobre modernização dos Tribunais de Contas, aproveitando a experiência de Portugal, na Europa. Lá, em Portugal, isso já está equacionado e bem encaminhado, e há uma expectativa muito grande em relação ao assunto. Ao mesmo tempo, demonstraram grande interesse naquele trabalho liderado por Portugal junto aos Tribunais de língua Portuguesa. O desejo e a intenção de intensificar a programação nessa direção e, como já tinha sido objeto de discussão aqui no Plenário, me permitiu, porque sabia o posicionamento de V.Ex^a e da Casa, porque foi discutido anteriormente aqui, insistir de que a Bahia se proporia a recepcionar o próximo encontro desse grupamento de países africanos de língua Portuguesa e, também agora, os novos países, como o Timor Leste, que adotou a língua Portuguesa.

Então, dentro dessa linha combinamos isso, que seria de 2003 a 2004. Estou informando porque isso seria uma deliberação não minha, pessoal, mas entendo que terei o respaldo de todos, porque é uma decisão que tem que ter, no momento a quem compete decidir isso, o apoio de V.Ex^a.

Bem, o Seminário teve uma abertura muito solene, bonita e emocionante, porque o Vice-Presidente da Colômbia participou da abertura, já que o Presidente participaria do Seminário do BID na sexta-feira. Externou, de pronto, em seu pronunciamento, o fato de que esse encontro, essa jornada, estivesse sendo realizada na Colômbia, uma referência, um marco, em função dos problemas vivenciados por aquele País irmão. E as entidades não se omitiram e não se preocuparam, pelo contrário, fizeram questão de prestigiar e enfrentar a questão da corrupção, do narcotráfico, enfrentando e mostrando destemor nessa decisão de discutir o tema naquela cidade. A abertura foi emocionante e depois do pronunciamento do Presidente da Eurosaí, que coincidentemente era o Presidente da Federação Russa, o Presidente da Olacess, o Vice-Presidente da Colômbia, a Intosai, através de seu Secretário Geral, o Controlador Geral da Colômbia, uma pessoa muito festejada e ainda uma intervenção do Prefeito de Cartagena, mais no sentido de dar as boas-vindas.

O primeiro pronunciamento, feito sob a forma de palestra pelo representante do BID, foi uma participação bastante interessante e seguida de uma intervenção da parte técnica do evento. Os temas discutidos eram o Controle e a Luta Contra a Corrupção no Mercado Globalizado; as Entidades de Fiscalização Superior e a Cooperação Internacional, e o Controle da Gestão Ambiental. Vamos distribuir o resumo das conclusões e recomendações e a lista dos participantes. Além dos países da América Latina, praticamente quase todos estavam representados. Não vi representante da Argentina, todos os demais estavam. Na Europa, além da Rússia, o Reino Unido, a Noruega, França, Holanda, Itália, Espanha, Áustria, Portugal, Hungria, Bélgica, Polônia, Romênia, Alemanha e, também, uma surpresa agradável, a China fez questão de estar presente, sendo um país asiático com uma delegação de dez representantes e participou ativamente dos debates e mostrou um entrosamento muito grande com a Intosai.

Os temas, as conclusões, estão detalhadas aí, mas gostaria de seguir essa orientação da necessidade de atualização permanente, conhecimento público dos órgãos de fiscalização superior, mobilizando permanente e convenientemente o apoio dos Parlamentos, dos cidadãos, do ambiente social, para o trabalho que realiza, controle e supervisão dos serviços públicos, privatizados, necessidade de reconhecimento de autonomia de organismo de controle, num marco de cooperação jurídica internacional, anticorrupção. Esse foi um ponto muito frisado, cada país tem uma fórmula, um é Controlador, outro é Contador, outro é Tribunal de Contas, etc. Alguns desses organismos têm reconhecimento, inclusive nos tratados políticos internacionais anticorrupção. As dificuldades, quando se enfrenta situações como essa que, recentemente, o Tribunal de Contas da União, no famoso caso do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, e tantos outros, para não fazer citações específicas, inclusive envolvendo políticos e executivos, nessa questão das contas internacionais, etc.

A necessidade de fortalecimento da cooperação internacional, atualização das normas de auditoria e controle interno da Intosai, isso foi bastante discutido, é um ponto central, a discussão envolveu isso de uma forma muito intensa. O uso das normas da Intosai em programa de processamento eletrônico de dados, privatização, auditoria e operações internacionais, etc. Auditoria de financiamento de fundos internacionais e, entre esses aspectos, há uma citação específica dessa cooperação entre os países de língua Portuguesa, vocês terão oportunidade de identificar, rapidamente, dentro desse documento.

Um ponto, também, muito destacado, é que as entidades de fiscalização superior devem se constituir em exemplo de eficiência, transparência e responsabilidade no manejo dos recursos de créditos internacionais.

A partir daí, começaram as sessões, e vou salientar alguns pontos que achei relevantes, nas intervenções de cada país. Lamento a ausência da Dr^a Edna aqui, porque o representante do Equador fez uma severa crítica à transparência internacional, dizendo que ela é omissa em relação a grande mídia internacional e que ela não se posicionou em casos como da Eron, Worldcom, Merck, etc., e que, muitas vezes, dá um tratamento diferenciado a países que são pobres ou subdesenvolvidos e passam como heróis e, na realidade, não têm uma postura de enfrentamento, em nível internacional, dos interesses dos grandes capitais. Foi um desabafo muito forte, mas muito bem recepcionado, inclusive pelos países da Europa presentes ao evento. O questionamento com relação às empresas de auditorias internacionais e grandes empresas, foi um pronunciamento que teve a aparência de conotação política mas, é importante registrar isso, porque não foi o único. Vários seguiram nessa direção, pelos países da América Latina.

O representante da Hungria trabalhou muito em cima do cenário internacional, principalmente com o processo existente, hoje, na comunidade européia. Essa nova visão da Europa integrada, que obrigou a uma reformulação total e a uma adequação do órgão de cada país às circunstâncias continentais e da nova situação. Importante que, sendo da Hungria, um país ex-socialista mas, também, com menor grau de

desenvolvimento em relação aos outros países europeus, trabalhou muito em cima de que a corrupção é menor em democracias consolidadas e, também, que a corrupção, que é sua tese, é diretamente proporcional ao grau de desenvolvimento econômico, que é uma tese discutível, isso foi muito debatido. Por fim, ficou colocado que a corrupção estava muito mais relacionada com a própria condição de escassez.

No final, uma proposição sobre ajuda das organizações superiores de determinados países e o fortalecimento dos órgãos de controle.

O Peru defendeu uma posição de maior autonomia institucional, evidentemente a situação do Peru, é um comentário meu, pessoal, é peculiar, pelos problemas vivenciados na fase de Fujimore, e ele terminou colocando uma coisa interessante; gostava muito de brincar, dizendo que certas coisas acontecem conosco e não apenas com os outros. Ele disse o seguinte: que houve corrupção no alto Poder Público do Peru, inclusive no Gabinete Presidencial, mas que isso, também, ocorre em outros países, lá, porque o fato foi muito significativo, ele foi aberto, trabalhou-se com isso, a dificuldade de um órgão com essas características trabalhar em uma situação de poder dessa natureza. Isso foi um pretexto para se discutir os aspectos da independência, da autonomia e da representatividade de diversos organismos de controle. Desceu, também, a detalhes de questões que quando não tratadas... ah! Outro segmento que ele citou, e que me chamou a atenção, foi o problema da corrupção na Polícia, no trânsito, em cartórios, em situações dessas naturezas, a defesa do cidadão, provavelmente, em termos de consumo, e outras questões que devem estar mais fragilizadas. E, ainda, em relação ao processo de informatização, que vemos todos os dias, os ataques a coisas individuais tais como cartões de crédito, contas bancárias ou ataques de *hackers* ao sistema do Pentágono americano. Ele comentou sobre isso.

O representante da Itália foi bem mais extenso, tratando esses temas dentro da visão e do ponto de vista deles, mas insistia muito na necessidade de uma reformulação de políticas públicas e, também, na reestruturação do sistema de controle do gasto público e citava os exemplos da Itália. Inclusive, questionava também os sacrifícios em decorrência das políticas de privatizações. Mas deu ênfase à questão do investimento de capital ilegal, às dificuldades que eles têm, e que acham que outros têm, e às limitações do próprio poder fiscalizador de atuar nessa... Ele chegou a afirmar, no final que, lamentavelmente, há uma impossibilidade, uma incompetência ou uma limitação das transações de lavagem financeira que não são objeto das entidades de fiscalização superior, isso em nível internacional.

A sessão da tarde foi coordenada pelo órgão Controlador da Venezuela que insistiu muito, também, no combate ao problema da transparência internacional e questões semelhantes às do Peru, problemas de natureza política, lá. Em seguida, veio o representante de Portugal. O representante de Portugal teve uma participação mais otimista, evidentemente, Portugal foi muito beneficiado com o apoio da comunidade econômica européia nos últimos dezessete anos. Ele ressaltou como positivo o surgimento da Eurosai, as alterações na Olacefs, a intensificação do intercâmbio e insistiu nas dificuldades de formação profissional, mas durante a sua palestra eu fiz questão de anotar, Conselheiro Filemon, uma coisa que eu tenho falado aqui e que, às vezes, não sou compreendido, onde ele diz, textualmente, num certo momento: "Nós sabemos que não é possível controlar tudo, talvez não seja até desejável controlar tudo. Então, selecionar o essencial e fazê-lo com qualidade, com credibilidade e com respeitabilidade é a melhor contribuição ao uso do dinheiro público". Com afirmativa nessa direção, e fala a vivência dele no Tribunal, dezessete anos é o tempo que ele tem lá, em termos de reforma, e a mudança ao longo desse tempo, da legalidade e conformidade, para uma política de resultado, porque isso está muito claro para ele, que vai ser objeto do tema do seminário, quer dizer, a questão da modernização do processo auditorial, das metodologias, simultaneamente com os modelos dos Tribunais. E ele termina com uma afirmação muito importante, que foi secundada por outros países, em particular pelo Chile, e a necessidade de coordenar e chamando a atenção, porque a Intosai, a Olacefs e a Eurosai precisavam ser melhor coordenados, porque algumas vezes havia a multiplicação de esforços em relação a esses aspectos. O Contador Geral da República do Chile, que é o decano dos representantes presentes, foi homenageado porque estava se apresentando e se constituiu em uma figura internacional nesse campo, insistiu muito e chegou a propor, formalmente, uma comissão de trabalho para melhorar a qualidade da coordenação e da cooperação internacional. Novamente, na sexta-feira, eles voltaram a falar numa outra intervenção: o processo de modernização do Tribunal do Chile. A Noruega, que preside o grupo de trabalho sobre a organização e metodologia de auditoria, falou muito sobre a organização de auditoria, entrou em detalhes nesses aspectos dos novos processos auditoriais, falou sobre as necessidades e as peculiaridades, um termo usado na Noruega, e a experiência e o apoio que eles estão dando internacionalmente. É um país que tem um programa próprio de assistência internacional a países subdesenvolvidos, ele citou, particularmente, um programa voltado para a Tanzânia e disse, inclusive, que o programa de apoio de treinamento está disponível internacionalmente, a quem apresentar uma proposta. Eu acho que isso mereceria, depois, uma atenção nossa, para ver se seria possível colocar alguma proposta de interesse que pudesse receber o apoio dele. Ele coloca, também, que é Secretário de uma entidade chamada IBI, que significa Instituições Internacionais, esse "B" não sei do que se trata, falava o tempo todo IB, IB... Eu apenas anotei essa entidade, cujos membros dos conselhos são os

Estados Unidos, o Reino Unido, a Holanda e o Canadá. Pelos representantes dos conselhos, eu vi que devia ser coisa do primeiro mundo e que o objetivo dessa IB era fortalecer as entidades de fiscalização superior, e ele insistia no trabalho de colaboração, e terminou sendo uma pessoa muito procurada, muito festejada, inclusive entre as suas afirmativas ele dizia que todas as instituições internacionais precisavam ter melhores auditores, precisavam trabalhar na formação de pessoal, permanentemente. Daí porque ele sugere que a Intosai tenha um novo plano estratégico, ele já está trabalhando nessa direção para 2004.

A intervenção do Paraguai teve uma característica interessante, eu tinha dito aqui, quando fui a Cuba, que a equipe do Paraguai parecia ser, relativamente, a mais fraca de todas, eles mostraram uma certa fragilidade, mas nesse evento eles estavam firmes e brigaram muito e, (pela primeira vez, eu me senti, como brasileiro, um pouco imperialista), quanto à necessidade de auditoria ambiental. Eles estavam questionando que levavam a pior, cercados pelo Brasil, Argentina, quanto ao uso da água, etc., e pediram muito a experiência dos europeus, no particular, já que os países chamados "Baixos", a Holanda, etc., tinham muita experiência nesse setor.

Houve uma intervenção do representante da Nicarágua muito interessante, que citava que, simultaneamente, o governo da Nicarágua tinha dois convênios com o BID e o Banco Mundial: um, no Ministério da Fazenda, e o outro, no Ministério da Economia. Isso foi um "prato feito", foi matéria prima para discussão sobre a organização da cooperação internacional. Essa discussão sobre a cooperação internacional mobilizou a todos que estavam presentes naquela reunião.

O terceiro tema do trabalho foi sobre Gestão Ambiental. A Mesa foi presidida pela Colômbia, Espanha e Panamá e a participação, além dos debates, dos representantes da Polônia, Brasil, Holanda e Costa Rica. A Polônia falou sobre o trabalho que ela faz junto com a Eurosai, que tem uma coordenação específica nessa área e, em seguida, o representante brasileiro, um jovem, Fábio Henrique, que teve um desempenho muito bom, fez uma palestra muito interessante sobre a questão do Meio Ambiente na sensibilidade social, o manual de auditoria ambiental do TCU, etc., e entrou numa discussão mais específica, depois de falar sobre o Tribunal, sobre a experiência brasileira em dois projetos de irrigação, um de **Luís Alves** e o outro de **Jaíba**, e um projeto operacional de auditoria na Petrobrás sobre o meio ambiente e outro sobre recursos hídricos. A intervenção brasileira foi muito saudada por todos, porque foi uma participação de muito boa qualidade e foi complementada com a participação da representante do Paraná, Dr^a Jussara, que fez uma intervenção em termos das questões de recursos hídricos de integração, o problema da gestão da água, as consequências econômicas nessa área, a auditoria operacional. Ela apresentou um trabalho feito pela equipe técnica de lá sobre essas questões.

A Holanda, evidentemente, *hors concours* neste assunto, falou sobre a questão da poluição marítima e a poluição dos pântanos, fiscalização em termos dos navios que circulam na área, os grupos de trabalho da Intosai e da Eurosai, no particular, essa questão da Europa é muito mais rígida, acho que as experiências deles são muito mais avançadas do que as nossas, houve um intercâmbio de experiências e eu senti que os presentes estavam muito interessados nessa experiência internacional, para ajudar no encaminhamento dos seus próprios problemas.

O representante da Costa Rica centrou o trabalho num caso específico, o Parque Nacional da Amizade e a representação do Panamá, e deu uma informação, para mim, muito interessante: passam no canal do Panamá cerca de 17 mil navios por ano. Cada navio exige, na movimentação das comportas, 52 milhões de litros d'água, para a Amazônia não é nada, mas para o Panamá é coisa "prá burro", 17 mil navios trabalhando com 52 milhões de litros d'água. A partir daí nós tivemos o terceiro dia, quando ocorreu a discussão em relação à participação do BID, aí já não foi comandado pela Eurosai e Olacefs, foi comandado pelo BID e a Controladoria da Colômbia. Essa reunião contou com a presença do Presidente da República da Colômbia e, evidentemente, isso aumentou mais ainda o problema de segurança na área e um certo tumulto jornalístico que, em fim de mandato, as discussões sobre o assunto produzem.

A primeira palestra desse dia foi feita pelo Controlador de Bogotá, que apresentou um problema semelhante ao nosso. Quando estive em Havana eu citei a qualidade, eles tiveram uma auditoria de privatização da Companhia de Energia Elétrica, a exemplo do que aconteceu com a Coelba. Como eu conhecia o caso da Coelba aqui, em que havia muita semelhança, eu trouxe, inclusive, um trabalho que eles fizeram sobre esse assunto, e me deu boa impressão o representante da Controladoria de Bogotá. No entanto, o representante já começou a palestra criticando o Presidente eleito da Colômbia, cuja proposta era extinguir os chamados "Tribunais Departamentais", os órgãos de controles departamentais, sob o pretexto de reduzir despesas, e ele começou a falar, porque eles tinham um trabalho, eu não consegui avaliar tecnicamente, mas eles acham que têm uma relação custo benefício bastante favorável, então discutem isso e entraram numa discussão política local, mas muito interessante.

A segunda intervenção dessa tarde, para mim foi uma surpresa, porque foi de uma senhora que eu não consegui identificar o que ela representava e ela falou, basicamente, sobre duas investigações feitas.

Uma pesquisa de opinião pública sobre o Congresso, a Polícia Militar e a Justiça, na Colômbia, tentando, a partir daí, tirar ilações sobre o comportamento dos índices de corrupção na Colômbia, etc. Evidentemente que, na Mesa de trabalho, com dois representantes do Poder Judiciário, só faltou ter tapa. O resto, teve de tudo. Ainda, nesse dia, falou novamente o representante do BID e foi muito interessante, tenho certeza que se o Conselheiro Filemon Matos lá estivesse estaria apaixonado, porque ele começou fazendo uma abordagem macroeconômica, falando da poupança, inversões, industrialização, capital humano, estabilidade macroeconômica. E falou de uma coisa que até anotei para não me esquecer: "redescobrimto". Ele fala da importância das instituições para o desenvolvimento. E fala que "entre essas instituições estariam, evidentemente, os órgãos Controladores de fiscalização superior e a correlação entre a qualidade institucional, o Estado de Direito, a ausência de corrupção, o crescimento e desenvolvimento". Jogou com esses termos, numa palestra muito interessante. Ele falava muito rápido, eu distingi apenas algumas coisas, mas entrou numa abordagem conceitual muito importante sobre valores, cultura e política, as organizações e como a política é importante para as instituições, as instituições para o desenvolvimento e a política para o desenvolvimento". Ficou jogando com esses conceitos, depois ele veio para o lado da "pobreza, desigualdade, corrupção, crescimento e desenvolvimento, o papel da democracia dentro desse sistema, e avançou numa discussão acerca da presença do Estado dentro do mercado, qual é o papel do mercado, qual o papel do Estado mínimo". Foi um pronunciamento de natureza acadêmica, mas muito interessante. Em certo momento, apesar de defender essas teses, ele veio com uma afirmativa bombástica: "o mercado não falhou, falhou a política". E entra no final da gestão, "transparência e probidade". Mas o que eu ressalto aqui é a qualidade acadêmica dessas discussões que provocaram, estou falando aqui o que aconteceu em Plenário, mas isso permitiu um debate, nos corredores e no almoço, muito intenso, em relação a todos esses aspectos.

A intervenção seguinte foi do Presidente da Eurosai, que é o Controlador da Rússia, que é um sistema muito singular. Um país que tem uma economia fechada, um país ex-socialista e, de repente, com os problemas políticos, as mudanças na estrutura econômica e, também, sendo um país desenvolvido com poder atômico inquestionável, etc., é um país que sofre da mesma doença da influência do narcotráfico, da máfia e um trabalho muito exigente.

Achei interessante a projeção que alguns organismos estão tendo, a sensação, claro, eu fui informado por várias pessoas lá, inclusive da Europa, alguns até com quem eu não conseguia dialogar, por não dominar a língua: os noruegueses, os holandeses, etc. E mesmo o meu inglês é deficiente para ter uma conversa mais próxima, mas o que circulava lá, primeiro eu identifiquei que, provavelmente, a Presidência da Eurosai, além do sistema de rodízio, foi dada para prestigiar esse Presidente, que é uma pessoa muito talentosa, muito competente e de muita projeção, ao ponto que se discute que ele, hoje, já é cotado como candidato à sucessão presidencial da Rússia, no lugar do atual Presidente. E outro aspecto é que o Presidente do Tribunal da Colômbia... Interessante que tem quatro ex-Presidentes de Tribunais de Contas do órgão Controlador da Colômbia presos, ainda hoje. E o Presidente atual, depois de quatro anos, que é uma pessoa extremamente bem sucedida, muito respeitada, muito festejada, recebeu um convite público do Presidente da Eurosai para trabalhar lá, começou a se falar dele para Prefeito de Bogotá, mas acho, necessariamente, que ele tem tudo para ser, no futuro, o próximo candidato à Presidência da República da Colômbia, pelo êxito de sua administração. A Colômbia demonstrou, inclusive nesse episódio que, com todos os problemas, com todas as adversidades, a competência que o organismo teve para enfrentar tudo isso e sair numa reunião que terminou sendo um acontecimento de muito bom nível e muito festejado e reconhecido na sociedade colombiana.

Seguiu-se uma Mesa Redonda, onde o representante da Venezuela veio, na mesma linha do que ele já tinha falado antes, a questionar a percepção do mundo desenvolvido em relação ao papel desses organismos nos países em desenvolvimento. É muito claro o sentimento de um momento político que, lamentavelmente, a Venezuela também está vivendo. Já a Costa Rica trabalhou muito na linha, novamente, do desenvolvimento ambiental, desenvolvimento sustentável e a experiência deles. Os outros participantes da Mesa eram representantes do Poder Judiciário colombiano e discutiram muito a tal pesquisa, como eu citei, eles trabalharam, tiveram uma apresentação específica de uma investigação feita por um organismo que eu não consegui identificar com clareza, quando eu procurei a pessoa ela já tinha saído, uma senhora que fez uma palestra sobre essa pesquisa, esse tipo de investigação. E o Poder Judiciário Colombiano, de certa forma, reagiu, porque as críticas à justiça eram muito fortes. E ele deu um dado muito interessante, entre outras coisas, falava sobre os congressistas e dizia que, "dos últimos quatro anos, que correspondeu ao período legislatura 43 congressistas perderam o mandato". A temática da sexta-feira, no período da tarde, foi o impacto da tecnologia de informação na modernização das entidades de fiscalização superior e suas perspectivas. Essa etapa foi aberta com a apresentação de duas palestras: a primeira, de um consultor internacional, chamado Alex Fernandes, do qual eu não consegui identificar o país nem a entidade, falando sobre a "Adequação da tecnologia, a necessidade de definição de objetivos e procurar usar a tecnologia para que eles possam ser atingidos". E cita uma série de experiências. Não houve nenhuma novidade, apenas ratificando aquilo que, conceitualmente, nós sabemos. Porém, mostrando um domínio muito grande

do assunto. A segunda foi de um outro consultor, um sujeito chamado Michael Simeter, um mexicano diretor da EDS para a América Latina. Esse falou de coisas óbvias, mas muito mais detalhadas, sobre o "otimismo e a colaboração existentes no plano internacional, para melhoria da qualidade das entidades de fiscalização superior", fazendo uma abordagem que achei muito interessante e vejo pouco falar e quero endossar isso, de certa forma, homenagear todos os técnicos do setor público que atuam nesse assunto. É que os técnicos especializados em tecnologia da informação que atuam no governo, muitas vezes o fazem com sacrifício, porque são pessoas que, pela competência e qualificação, poderiam estar no mercado privado e optaram pelo setor público, abrindo mão de muitas oportunidades. Ele citou, especificamente, inúmeros exemplos de situações e, de certa forma, confessou, inclusive, ter trabalhado algum tempo no setor público e depois, não resistindo às pressões, ido para o setor privado.

Entrou muito na discussão do acesso, essa discussão, como aqui nós estamos falando da Assembléia Legislativa, o acesso ou não à senha, a relação com o público externo e o problema das limitações na área do sistema financeiro, fez um comentário muito interessante. Por exemplo, ele acha que o Brasil desenvolveu as peculiaridades, desenvolveu muito a tecnologia no setor bancário, junto com as instituições internacionais, por causa do problema da inflação e que, reconhecidamente, um país como o Brasil tinha um sistema de tecnologia de informação na área financeira muito mais avançado do que os Estados Unidos. A palestra, para mim, particularmente, que não sou dos mais competentes, achei muito interessante, ao abordar essas questões. Ele entrou, também, na questão da confiança, nesse setor, a confiança do próprio administrador, com um sistema que está sendo implantado, para não ser enrolado, a questão da legalidade que, inclusive, nós estamos convivendo com ela aqui no Tribunal e, ainda, da participação de natureza política. Aí ele fez uma exposição mais demorada, porque isso tudo foi em termos de meia hora, quarenta minutos, mas ele levou dez ou quinze minutos falando sobre o caso da Austrália, onde o governo consegue ter um sistema de participação do cidadão nos temas de interesse do governo, via internet. Todo mundo opina e participa num sistema dessa natureza, e a forma com que ele apresentou, com *slides*... Os dados realmente são invejáveis e ficamos com vontade de participar disso aí.

Em seguida, nós tivemos uma participação do representante do Peru, que é, simultaneamente, o Presidente da Olacefs. Ele falou "do uso da tecnologia de informação; da nova economia, nova gerência, globalização", e falou muito mais, a meu ver, como Presidente da Olacefs do que como representante do Peru. Fez a abordagem desses aspectos, não vou entrar em detalhes, porque é mais ou menos conhecido, e está numa linguagem muito telegráfica.

O Panamá faz um registro interessante, novamente. Ele diz o seguinte, entre outras coisas "O que interessa é que, a cada quatro anos, os investimentos na modernização da tecnologia são de 150 milhões de dólares". Se no Panamá, a cada quatro anos, eles gastam 150 milhões de dólares, realmente é uma informação assustadora.

A representação da China fez uma intervenção e falou uma novidade muito grande. Eles colocaram que, nos últimos cinco anos, tiveram uma taxa anual de crescimento, na área de informática, de 17% ao ano. E falou uma grande coisa, para minha surpresa, por causa da população, mas como a internet é nova lá, que eles conseguiram atingir, estavam festejando, a participação de 25 milhões de acessos à internet, lá na China, que eu entendi como individuais. Não deu para esclarecer isso. E festejou muito o apoio da Intosai. Deve haver, inclusive, um interesse internacional na modernização da China, nesse particular. Nessa oportunidade, um Diretor da Magistratura apresentou trabalhos sobre a modernização do ponto de vista da tecnologia de informação, do Poder Judiciário da Colômbia, que também é de muito bom nível.

Depois, foi a palestra do vice-Controlador da Colômbia, que falou uma hora e vinte minutos. Foi a palestra mais chata e ele não sabia separar o essencial do acessório. Daqui a pouco eu estou copiando ele, porque estou demorando aqui.

As figuras são muito interessantes. Na Colômbia, há alguém que tem o nome de "Fiscal Geral da Nação", que não é o Controlador Geral. E eu não consegui entender o que ele fazia. No último dia eu quis perguntar, mas ele estava junto de um Senador e de um Deputado e eu acho que ele se irritou com minha pergunta. Eu fui perguntar a ele com a maior seriedade, mas com uma certa espontaneidade, ele tomou como uma gozação e ficou zangado. Aí, paciência.

Conselheiro Filemon Matos:

Mas V.Ex^a estava de gozação mesmo.

Conselheiro Manoel Castro:

Não estava, não. Sericamente, eu queria saber o que era "Fiscal Geral da Nação". E o título é bonito.

O Chile fez uma apresentação do trabalho deles, que é um trabalho de uma proposta de cinco anos, que estão atuando num projeto parecido com o nosso, quer dizer, o nosso parecido com o deles, mas eles estão fazendo lá, também, um novo planejamento estratégico, uma nova reestruturação e apresentaram isso aí, não foi apresentado nem por esse decano, foi por um especialista no assunto, falando sobre "as decisões estratégicas, os objetivos gerais e o objetivo específico, a necessidade de melhorar a gestão interna deles".

Agora vêm duas informações interessantes para todos. A primeira, da Bolívia: eu achava que o Paraguai poderia ser o último, e o que é que a Bolívia vai representar? E, para minha surpresa e para ver como as coisas estão no mundo atual, o representante da Bolívia dizia o seguinte: "que cada técnico do órgão Controlador tem que ter um treinamento mínimo, durante o ano, de 80 horas, e que cada técnico tem que se submeter, anualmente, a um exame que dura 8 horas, sendo 4 horas de atividades específicas profissionais e 4 horas sobre atividades gerais". Eu achei muito interessante o nível de detalhes, eu pincei esses dois números para mostrar, em relação a tudo que ele falou, especificamente da Bolívia, evidentemente, o interesse não é maior, mas demonstrando como é consensual, como se disseminou, mesmo nos países pequenos, menos desenvolvidos, a necessidade de fortalecimento de instituições dessa natureza. A partir daí, teve uma intervenção do representante do Reino Unido, que já tinha tido, num debate, algumas intervenções, mas que colocou com humildade, com muita atenção, eu coloquei aqui, ele fez uma linha de comentários sobre um certo conservadorismo das entidades de fiscalização superior e "a resistência à modernização, em que pese todo o esforço internacional, a cooperação, etc". Aí ele disse que "isso também atingia a Inglaterra e que ele se sentia à vontade porque, no Reino Unido, os últimos cinco anos, sob o comando dele, tinham sido de transformações internas e intensas". Ele usou bem essa expressão. As coisas que me tocavam eu anotava para não faltar a palavra certa: "internas e intensas". E ele disse: "Éramos ineficientes, demoramos para atingir a eficácia. Estrutura hierárquica excessivamente dependente do nível gerencial. A necessidade de melhor gestão de recursos humanos. Suspender sistema patriarcal. Necessidade de melhores processos, inclusive, processos auditoriais. Indutor de mudanças e, também nesse período, trabalharam muito na implantação de indicadores de desempenho. Melhorar o nível de informática".

Essa programação no Reino Unido foi de cinco anos. Nesse quinto ano estamos viabilizando um convênio com eles, achei muito humilde e muito sincero porque, muitas vezes, nos agoniamos – estou relatando isso aqui porque, lembro bem, quando falamos num planejamento estratégico num prazo de dois anos, houve uma reação porque, no Brasil, estamos habituados às coisas imediatas – e o trabalho feito por dois países, que me chamaram a atenção, o Chile pelo desenvolvimento que eles têm no campo intelectual e, particularmente, na Inglaterra, uma programação com características muito parecidas com as que nós estamos vivendo e que os prazos foram definidos com antecedência. Eles sabiam, tinham consciência, quando começaram da necessidade do tempo indispensável para se chegar a um outro patamar, a um outro grau de atuação.

Fiz um comentário muito rápido e ineficiente pelas minhas limitações em inglês cumprimentando-o e esperando que, como teríamos um convênio, em função dele, pudéssemos, em algum momento nos ver, já que a próxima jornada da Intosai e Olacefs vai ser em 2004, na Inglaterra.

As últimas intervenções dessa tarde foram ligadas ao Senador que presidia a sessão e a um representante da Câmara no Congresso, que é um interlocutor entre o órgão controlador, o TCU de lá, e o Congresso Nacional.

Houve uma intervenção do representante do BID, muito na linha genérica, na área política.

Eu quis apresentar, nesses comentários, o nível dos trabalhos que estão sendo realizado em diversos países. Desde países como a Bolívia, a Rússia e a China, houve um intercâmbio muito intenso de informações, debates acirrados, e que permaneceram. Achei o fato muito salutar, talvez a ambiência do hotel, que é um antigo convento, nós almoçávamos ali mesmo, e isso facilitou, digamos assim, além das exposições em si, durante muito tempo nós não conseguíamos parar durante o intervalo de almoço e no coffee break havia sempre alguém querendo esclarecimento sobre um comentário e entrando em detalhes. Quero que se distribua, não tenho cópias, mas depois farei chegar, às representações da Procuradoria e do Ministério Público, o documento final sobre as conclusões e recomendações como, também, algumas publicações, três apenas, editadas pelo órgão controlador da Colômbia, em relação ao evento.

Conselheiro Presidente:

Cumprimento o Conselheiro Manoel Castro pelo relatório minucioso desse importante encontro dos organismos internacionais, Intosai e Olacefs.

A representação do oriente, da China, com a sua grande população, estava lá com dez representantes. O planeta discutindo o controle externo, discutindo o controle da Administração Pública no regime democrático. O planeta discutindo os interesses da cidadania em acompanhar o exercício das funções estatais.

Então, o Conselheiro Manoel Castro, representando este Tribunal, e pelo que aí relatou, a tranquilidade, as surpresas de que países como a Colômbia, o Paraguai, e outros países menos desenvolvidos que o Brasil, da América Latina, surpreenderem, pelos comentários, pelos estágios, pela compreensão que têm do problema. Mas, a naturalidade com que nós tratamos dos assuntos de controle da Administração Pública, desenvolvimento da Administração Pública, papel do Estado, com o que está acontecendo, também, nos países altamente desenvolvidos.

Não é surpresa para nós essa linguagem da Intosai, porque os nossos auditores já citam as normas da Intosai desde a década de 80, nas suas auditorias, no seu dia-a-dia.

Nós vemos que o nosso Tribunal, o Brasil, a Bahia, estão inseridos na parte do controle da Administração Pública de acordo com esses níveis internacionais. Daí o próprio Banco Mundial, o Bird, o BID, aceitarem as nossas auditorias nos contratos de cooperação internacional, porque nós temos a capacidade de falar essa mesma linguagem.

Como se infere, também, do relatório, o Conselheiro Manoel Castro registrou tudo, e não é taquígrafo, mostra que esteve atento, a cada minuto, à sala das sessões, para registrar todas essas informações.

As notas taquigráficas, devidamente revistas pelo eminente Conselheiro, devem ser distribuídas à Casa, porque é muito motivador a discussão dessa apresentação e dessas temáticas que aí nos chamam a atenção.

Eu parabeno o Conselheiro Manoel Castro e o nosso Tribunal cuja bandeira tremula lá nas reuniões internacionais. Isso é uma honra muito grande para todos nós.

Conselheiro Manoel Castro:

Peço permissão para fazer um registro que acho importante para todos nós, e que devemos nos orgulhar.

A primeira coisa são os contatos individuais nas intervenções, etc. O fato de dizer que o Tribunal de Contas do Estado da Bahia fazia auditoria para o BID e para o Banco Mundial era uma credencial. Diriam assim: pode entrar. As pessoas respeitavam, e eu dizia logo, porque aí já ganhava uma cancha para entrar na conversa.

A segunda coisa que eu aproveitei para discutir, com relação a essa área internacional, foi o fato, conversei muito com o Conselheiro Pinna, fiquei de mandar para ele o material, daquela Resolução do Ministério da Fazenda que, dentro de um grupo para discutir os processos auditoriais nas Auditorias do BID, excluindo o próprio TCU e os organismos como Bahia e Paraná, que trabalham diretamente com esse assunto. E, além disso, as diferenças existentes na legislação das questões das concorrências, das licitações, a visão dos organismos, e que isso tinha sido objeto de um debate do Sinaop, aqui na Bahia, que foi discutido em Santa Catarina e que, certamente, será objeto, ainda, de discussão em Brasília. Isso foi questionado, inclusive, com a equipe do BID, que estava lá. Eu comentei isso. Diria que só fui ouvido, evidentemente, pelo fato de nós sermos credenciados para fazer essas auditorias. Isso é motivo de orgulho para todos nós. Quero registrar que, se não tivesse isso, iria falar no vazio e nem seria atendido. Eles pararam para me escutar porque foram obrigados pelas circunstâncias.

Conselheiro Pedro Lino:

Na linguagem do Itamaraty existe um circuito de Elizabeth Arden. É um circuito para os Embaixadores do topo da carreira, que se compreende de Roma a Londres, Paris, Washington, e alguns consulados como o de New York. Portanto, quero saudar o Conselheiro Manoel Castro porque, na minha visão, ele entrou no circuito da Elizabeth Arden da Auditoria Internacional.

Conselheiro Manoel Castro:

Fiquei feliz, no particular, porque alguns nomes, entre eles o de Inaldo e Pedro Humberto, foram citados pelo pessoal do TCU, do Paraná, de Pernambuco e, também, pelo pessoal de Portugal.

De repente são conhecidas pessoas daqui do Tribunal, vários técnicos foram citados. Não quero correr o risco, nem cometer a injustiça de esquecer de algum, porque mais de meia dúzia de nomes foram citados, independente das referências em nível do Conselho. Nesse circuito aí de Recife, falando para o mundo, a Cartagena.

Conselheiro Pedro Lino:

Acho que, neste instante, o Tribunal inicia um outro círculo. Um círculo de ressurgimento, Conselheiro Manoel Castro, e que eu, pessoalmente, como auditor que fui, e auditor que sou, fico extremamente feliz. Teve momentos aqui, no relato de V.Ex^a, que fiquei emocionado. Emocionado, inclusive, de ver isso, V.Ex^a, tão novo e já com tamanha empolgação por essa coisa que nós todos, e quantas noites aqui viramos fazendo auditoria. Empolgação que percebi no relato de V.Ex^a. Quer dizer, qual o processo de controle? Qual o sistema de controle?

Fico muito emocionado em começar a ver renascer aqui, no Tribunal, porque nesses três anos de minha volta, uma das coisas que mais me agasta ainda é não ver essa empolgação pelo processo auditorial, essa empolgação pelo sistema de controle no corpo da Casa, que eu senti sempre aqui, e que sempre foi um fator, para mim, extremamente motivacional.

Portanto, eu saúdo a inserção de V.Ex^a nesse circuito.

Quero aproveitar para saudar, também, isso que é o problema da comunicação social. V.Ex^a está trazendo um assunto que, rotineiramente, tem aparecido aqui neste Plenário e que, também, é alvo da minha preocupação, porque acho que faz parte desse ressurgir como uma peça significativa, importante, para essa motivação nova que, percebo, começa a renascer nesta Casa.

Acho que, praticamente, todos os Conselheiros, cada um a seu modo, cada um com o seu enfoque, trouxe já para a discussão deste Plenário, o problema da comunicação. V.Ex^a traz e quero aproveitar a deixa para fazer duas sugestões. Aproveitando, inclusive, a presença do Dr. Adelmo aqui neste Plenário.

A primeira sugestão é que, evidentemente, a participação de V.Ex^a, que já houvera sido noticiada quando da ida, deve merecer notícia, mas aí não notícia de que V.Ex^a participou, mas notícias de alguns aspectos que são importantes.

Eu anotei aqui, por exemplo: V.Ex^a falou, em um dado instante, que tinha ficado profundamente sensibilizado com algumas das conferências que falavam desse aspecto, dessa palavra.